

Estudos Técnicos/CNM – junho de 2018

Obras Paralisadas Municipais

1. Introdução

A Confederação Nacional de Municípios (CNM), com a intenção de contribuir para o fortalecimento da gestão municipalista, apresenta a situação das obras nos Municípios brasileiros a fim de chamar a atenção dos atores envolvidos nessa questão de inércia, que acaba afetando a vida da população.

São milhares de obras espalhadas pelo país inteiro que impactam diretamente no dia a dia da população por estarem relacionadas a diversas áreas, como, por exemplo, a construção de praças, quadras de esporte, espaços esportivos, recuperação e pavimentação de vias, construções de habitação popular e de unidades de atenção especializada em saúde, assim como a aquisição de máquinas agrícolas e veículos utilitários essenciais para o provimento de certos serviços à população.

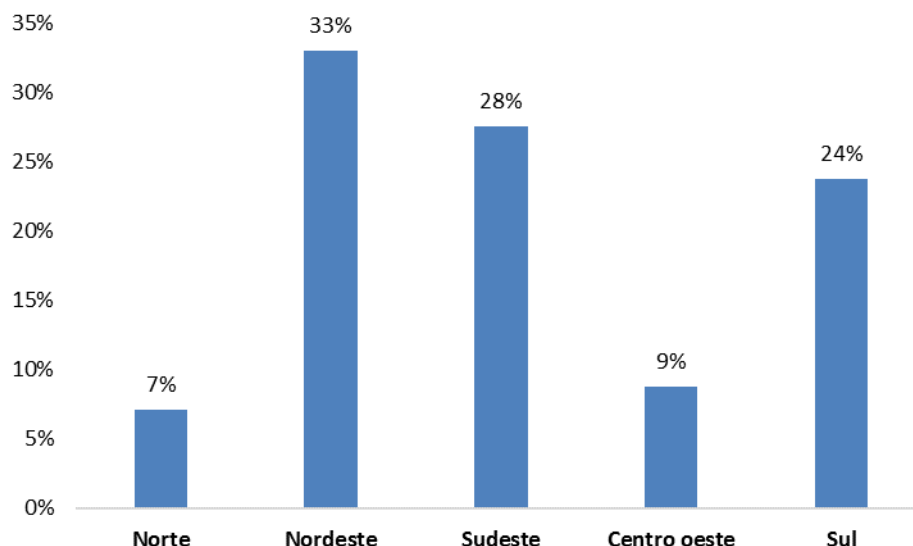
Por meio da base de dados disponibilizada pela Caixa Econômica Federal (CEF) referente aos contratos de repasse firmados entre os Municípios e a União, a CNM apresenta a seguir o relato da situação dessas obras que são intermediadas pela própria CEF. A base de dados disponibilizada pela CEF refere-se a abril de 2017, mas acredita-se que o cenário não teve grandes mudanças até agora. São aproximadamente 32 mil empenhos,¹ dando destaque, entre estes empenhos, para as obras paralisadas, que representam 32% do total e aproximadamente **R\$ 2,6 bilhões pendentes de pagamento.**

2. Obras paralisadas

No caso do quantitativo de **obras paralisadas**, de acordo com os dados de abril, tem-se **10.204** ao todo. As regiões que mais apresentam obras nesta condição são respectivamente o Nordeste, seguida da região Sudeste e da Sul. Essas três regiões concentram 84% do total de obras paralisadas no país.

¹ O empenho corresponde ao primeiro estágio da despesa pública, no qual a autoridade pública oferece a garantia de que existe um crédito orçamentário necessário para determinado fim, tratando-se, portanto, de uma espécie de promessa de que tal projeto ou ação será executado. Normalmente, o empenho ocorre depois da licitação, mas nem sempre. Pode ser anterior e sinalizar genericamente que uma despesa será executada.

Gráfico 1 – Quantidade de obras paradas por região – em %



Fonte: Caixa Econômica Federal. Elaboração própria.

Em termos monetários, dos **R\$ 6,54 bilhões** de **valor inicial** das obras, tirando o valor inicial do já executado financeiramente, chega-se ao valor que falta para ser pago pelo governo federal para obras municipais que estão paradas. Faltam aproximadamente **R\$ 2,6 bilhões** para serem executados, o que corresponde a **40%** do total. A média de **execução física** das **10.204** obras paralisadas foi de **74,6%**.

A tabela abaixo mostra que a região Nordeste é a que acumula o maior valor, com **R\$ 1,04 bilhão**, 40% do total, seguida da região Sudeste com **R\$ 648 milhões** pendentes de pagamento e 25% do total.

Tabela 1 – Valor a ser executado de obras paradas – por região

| Região | Valor que falta para ser executado do VI por região | % |
|--------------|---|-------------|
| Nordeste | 1.045.669.548 | 40% |
| Sudeste | 649.002.294 | 25% |
| Sul | 366.059.104 | 14% |
| Norte | 359.992.531 | 14% |
| Centro oeste | 178.703.210 | 7% |
| Total | 2.599.426.688 | 100% |

Fonte: Caixa Econômica Federal. Elaboração própria.

Os Estados de São Paulo (1.316), Rio Grande do Sul (1.068), Minas Gerais (1.042), Paraná (803) e Bahia (764) são os que concentram o maior número de obras paralisadas, conforme pode ser visualizado na Tabela 2 abaixo.

Tabela 2 – Número de obras paralisadas por Estado

| UF | Obras Paradas | UF | Obras Paradas |
|----|---------------|--------------|---------------|
| AC | 73 | PB | 399 |
| AL | 198 | PE | 216 |
| AM | 34 | PI | 165 |
| AP | 33 | PR | 803 |
| BA | 764 | RJ | 266 |
| CE | 557 | RN | 373 |
| ES | 185 | RO | 74 |
| GO | 435 | RR | 35 |
| MA | 485 | RS | 1.068 |
| MG | 1.042 | SC | 551 |
| MS | 258 | SE | 203 |
| MT | 196 | SP | 1.316 |
| PA | 198 | TO | 277 |
| | | Total | 10.204 |

Fonte: Caixa Econômica Federal. Elaboração própria.

A tabela abaixo mostra o valor não executado por Estado.

Tabela 3 – Valor não executado de obras paralisadas por Estado

| UF | Valor não executado obra parada | UF | Valor não executado obra parada |
|----|---------------------------------|--------------|---------------------------------|
| AC | 22.106.744 | PB | 108.673.526 |
| AL | 133.142.906 | PE | 103.841.213 |
| AM | 23.186.422 | PI | 28.049.586 |
| AP | 18.132.388 | PR | 56.022.359 |
| BA | 206.148.941 | RJ | 117.073.203 |
| CE | 192.511.091 | RN | 65.114.537 |
| ES | 19.804.926 | RO | 37.064.960 |
| GO | 89.107.995 | RR | 85.096.132 |
| MA | 168.416.649 | RS | 211.487.194 |
| MG | 129.521.586 | SC | 98.549.551 |
| MS | 63.213.489 | SE | 39.771.100 |
| MT | 26.381.727 | SP | 382.602.580 |
| PA | 108.948.525 | TO | 65.457.360 |
| | | Total | 2.599.426.688 |

Fonte: Caixa Econômica Federal. Elaboração própria.

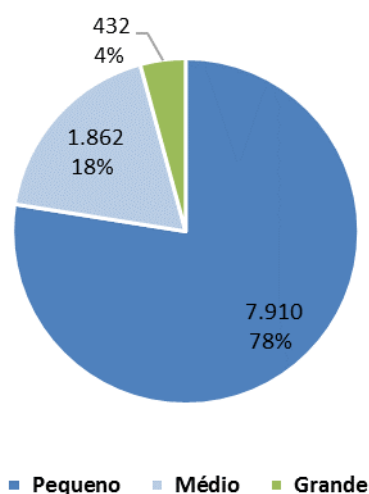
Em relação aos portes, percebe-se o seguinte cenário: os Municípios de pequeno porte² são os que mais possuem obras paralisadas, seguidos, respectivamente, pelos Municípios de médio e grande porte, conforme exposto na Tabela 4 e no Gráfico 2. Ocorre que os Municípios demoram para receber os recursos pactuados nos contratos de repasse e não possuem, na maioria dos casos, recursos próprios para levarem as obras adiante, por isso ficam paralisadas ou nem chegam a ser iniciadas.

Tabela 4 – Valor por porte das obras paralisadas

| Porte | Habitantes | Quant. Obras | Valor por porte (R\$) |
|--------------|---------------------------|---------------|-----------------------|
| 1 | até 4.999 hab | 1384 | 84.103.717 |
| 2 | de 5.000 a 9.999 hab | 1731 | 166.880.915 |
| 3 | de 10.000 a 19.999 hab | 2371 | 386.235.341 |
| 4 | de 20.000 a 49.999 hab | 2424 | 665.974.177 |
| 5 | de 50.000 a 99.999 hab | 1088 | 363.569.012 |
| 6 | de 100.000 a 299.999 hab | 774 | 402.252.639 |
| 7 | de 300.000 a 999.999 hab | 349 | 323.102.372 |
| 8 | a partir de 1.000.000 hab | 83 | 207.308.515 |
| TOTAL | | 10.204 | 2.599.426.688 |

Fonte: Caixa Econômica Federal. Elaboração própria.

Gráfico 2 – Quantidade de obras paradas por porte



Fonte: Caixa Econômica Federal. Elaboração própria.

² Para fins de análise, os Municípios de pequeno porte são aqueles classificados dos portes 1 a 4, os de médio porte são os de porte 5 e 6 e os considerados de grande porte estão nos portes 7 e 8. Os oito distintos portes seguem a classificação estabelecida pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

3. Conclusão

A CNM procurou com este estudo expor a situação das obras paralisadas nos Municípios brasileiros, assim como ressaltar o valor de **R\$ 2,6 bilhões** restantes para as obras serem finalizadas, o que corresponde a **40%** do total orçado inicialmente. Sabe-se que o cenário é preocupante para as prefeituras, uma vez que o repasse da União é essencial para a finalização das obras. A própria União tem de controlar o orçamento, obedecendo às metas estabelecidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e também na Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).

É também preocupante o fato de a economia do país estar passando por uma fase de ajuste, o que dificulta a capacidade de investimento dos Entes federados fazendo com que muitas obras fiquem inacabadas. Geralmente há uma deterioração dos serviços já prestados, sendo necessárias adequações no contrato, o que pode representar prejuízos para a gestão municipal. Ressalta-se o fato de a grande maioria das obras paradas ser de Municípios de pequeno porte, expondo as dificuldades técnicas que enfrentam, pois muitas vezes precisam assumir as responsabilidades deixadas pela União e não há recurso próprio para levar a obra adiante.

Outro ponto preocupante é a promulgação da Emenda Constitucional 95, em 2016, pelo governo Michel Temer. A emenda instituiu o Novo Regime Fiscal, garantindo que a despesa primária da União não poderá crescer em ritmo superior ao da taxa de inflação pelo período de 20 anos (2017-2036), sendo uma regra de "crescimento real zero" da despesa. Assim, a União provavelmente cortará investimentos, incluindo obras paradas, gerando prejuízos para áreas essenciais como saúde, educação e assistência social.